



EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL EM EXTENSÃO: O projeto Práxis Antirracista

CASTRO, Maria Júlia;¹

NASCIMENTO, Sabrina.²

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de;³

SILVA, Clarice⁴;

RESUMO: Esse artigo objetiva relatar a experiência de realizar o estágio obrigatório supervisionado em Serviço Social em um projeto de extensão universitária, bem como refletir sobre as contribuições e desafios deste processo para a formação profissional das estagiárias. Tomamos como pressupostos o projeto ético-político da profissão e a extensão como uma relação dialógica entre universidade e sociedade. Nesse sentido, apontamos a extensão como campo qualificado de estágio, onde é possível desenvolver uma práxis coerente com os núcleos fundantes da formação profissional, portanto baseada nas instrumentalidades da profissão e particularmente potencializadora da dimensão político-pedagógica do serviço social numa perspectiva crítica.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária; Estágio obrigatório em Serviço Social; Dimensão político-pedagógica do serviço social.

INTRODUÇÃO

As diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996) afirmam que o estágio supervisionado em Serviço Social é parte fundamental da formação profissional pois, entre outros pontos, a troca de experiências enriquece o processo de ensino e aprendizagem com relação ao fazer profissional. Esse artigo tem por objetivo relatar a experiência de realização do estágio obrigatório em projetos de extensão no âmbito do Serviço Social e refletir sobre as suas particularidades, além de

¹ Bacharel em Relações Internacionais e graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadamaju@gmail.com

² Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, sabrina.n99@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, crisabino1@gmail.com

⁴ Pedagoga e graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina, claricesilva.enfermagem@gmail.com

trazer alguns apontamentos da potencialidade pedagógica desse espaço para a formação profissional.

O campo de estágio sobre o qual refletiremos é o projeto Práxis Antirracista⁵, criado em 2019 e tem entre os seus objetivos a produção e difusão de conhecimentos acerca do racismo estrutural, o fomento à reflexão sobre a temática e a construção coletiva de mecanismos de combate ao racismo. Busca ainda proporcionar espaços de formação continuada para profissionais atuantes em instituições operadoras de políticas públicas, com vistas a problematizar e fortalecer uma atuação profissional crítica e antirracista. É nesse sentido que a proposta de trabalho do projeto de extensão para os anos de 2021 e 2022 consolida-se através de atividades de formação continuada, com a criação e implementação do curso de atualização denominado *Formação de Formadores Antirracistas*.

Enquanto ação de extensão universitária, o trabalho se desenvolve comprometido com um modelo de extensão que prima pelo aprendizado e troca dialógica entre universidade e sociedade. Dessa forma, tal experiência potencializa o processo de aprendizagem no estágio supervisionado pois parte de uma premissa crítica em suas bases.

O projeto Práxis Antirracista imprime em sua metodologia a perspectiva da educação popular, tendo por base referência como Paulo Freire (1983) e bell hooks (2020). Assim, um perfil comprometido com a classe trabalhadora, desenvolvendo atividades pedagógicas educativas pautadas na educação popular e no entendimento da extensão universitária como uma via de mão dupla, um processo de troca responsável e comprometida com a transformação social, no diálogo entre universidade e sociedade. As atividades desenvolvidas durante o período de formação levam em consideração um projeto de educação onde o aprendizado e a troca de saberes circulam no ambiente educacional, bem como a orientação do projeto ético-político do Serviço Social em relação à construção da emancipação humana.

Enquanto extensionistas e estagiárias que atuaram no período remoto devido à pandemia de Covid-19, entendemos a importância de debater esses acúmulos desenvolvidos para pensar o projeto ético-político durante a formação profissional das e dos estudantes da categoria, principalmente em tempos de adversidades. Além disso, também é possível debater sobre o processo de formação continuada - um dos objetivos do projeto - algo constantemente frisado no e reivindicado pela categoria das/os assistentes sociais.

Construir de forma crítica e socialmente referenciada os espaços da universidade e da categoria faz parte do processo de formação profissional e da materialização do projeto ético-

⁵ Projeto de extensão vinculado ao Departamento de Serviço Social e ao Coletivo Veias Abertas/ Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).), e coordenado pela professora Dra. Cristiane Luiza Sabino de Souza. A equipe do projeto em 2021 e 2022 conta com a assistente social Débora Nunes Barbosa - convidada como assessora técnica (voluntária); as estudantes em estágio obrigatório: Clarice da Silva, Maria Júlia Castro e Sabrina Nascimento; e a estudante Joyce Santos como extensionista.

político (PEP). Assim, sistematizar as experiências, analisar e produzir materiais que divulguem e contribuam para o conhecimento crítico da categoria, deve fazer parte das tarefas cotidianas de docentes, profissionais e estudantes comprometidos com a defesa do PEP.

1. Estágio Obrigatório em serviço social e a extensão universitária.

De acordo com Babiuk e Fachini (2015), a discussão sobre o estágio supervisionado se inicia na discussão da prática profissional na graduação em serviço social. A prática no estágio envolve três atores: o estagiário, o supervisor de campo e o supervisor acadêmico, desse modo, todos possuem suas atribuições para contribuir no processo pedagógico de ensino-aprendizagem e na formação profissional.

Na graduação, o momento do estágio obrigatório é decisivo ao possibilitar ao discente condensar, em campo, o conhecimento teórico e a prática profissional, tornando-se um momento de construção de identidade profissional. É momento de observar e exercer habilidades e competências que possibilitem a apreensão da realidade, partindo da teoria para fundamentar a prática, de modo a para se afastar do senso comum e do imediatismo no cotidiano profissional. O estágio objetiva, portanto, “formar profissionais capazes de atuar sobre a realidade, mas também de identificar suas demandas, apropriar-se criticamente das mesmas, reconfigurá-las e enfrentá-las de maneira eficaz e eficiente” (Guerra, 2005, p. 2).

A realização de estágio obrigatório em projetos de extensão - que contam com a presença de professores que também são assistentes sociais (um requisito para a supervisão do estágio) - muitas vezes se dá pela ausência de outros espaços institucionais com assistentes sociais disponíveis para receberem estagiários, ou pela dificuldade dos estudantes em se inserirem em outras instituições - seja por questões de trabalho, de incompatibilidade de horários, dentre outras. Diante disso, os projetos de extensão aparecem, muitas vezes, como alternativa precária para garantir a formação. No entanto, considerando o caráter da extensão universitária e as competências e atribuições da profissão, entendemos que os projetos de extensão também podem ser campos muito qualificados de aprendizado para as e os estagiários, não apenas uma alternativa emergencial. É nesse sentido que discutimos abaixo alguns elementos sobre a extensão universitária, as possibilidades e dificuldades da realização do estágio obrigatório em Serviço Social no espaço dos projetos de extensão.

O estágio em extensão pode encontrar um espaço propício ao exercício profissional, uma vez que a extensão estabelece contato direto com as demandas da sociedade para com a universidade e deve dar respostas a tais demandas de maneira dialógica, não só estendendo conhecimento, mas também adquirindo. É um espaço onde a dimensão técnico-operativa da profissão pode se desenvolver de maneira profunda, embora não sem contradições, conflitos e limitações - como também se dá nos demais campos de estágio.

A extensão universitária (GADOTTI, 2017) só passou a compor o tripé universitário do ensino e da pesquisa na década de 1960, por influência de movimentos sociais como a União Nacional dos Estudantes e o trabalho de Paulo Freire. A partir desse contexto, segundo FORPROEX (2012) em 1987 houve a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e no primeiro Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras foi pactuado um novo conceito de extensão que foi institucionalizado na Constituição Federal de 1988 definindo a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, art. 207; FORPROEX, 2012). Embora faça parte do tripé da formação universitária, só recentemente as universidades têm se mobilizado para a inserção da extensão, de fato, como obrigatoriedade na formação.

De acordo com Gadotti (2017), desde o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010 já há indicativos para que 10% dos créditos curriculares exigidos para a graduação sejam integrados em ações extensionistas. Isso é reiterado no PNE de 2014-2023, com indicativos de que aquele percentual da carga horária seja realizado “em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014, p. 74).

Muitas universidades, como é o caso da Universidade Federal de Santa Catarina, ainda estão em processo de implementação dessas mudanças, o que significa que toda a perspectiva que se tem em relação à extensão - enquanto uma relação dialógica e transformadora entre universidade e sociedade⁶, bem de trocas entre o saber acadêmico e o popular (Gadotti, 2017) - ainda está por nascer de maneira ampla. Isso não significa que não existam projetos de extensão de grande relevância, consolidados e com expressão social, apenas que a extensão não ganhou ainda, na formação, o mesmo status que o ensino e a pesquisa.

É necessário situar as condições objetivas de realização da extensão, diante da sua marginalização no currículo e de uma Universidade pública cada vez mais sucateada e subordinada aos interesses do mercado. Nesse contexto, o trabalho docente é cada vez mais precarizado, intensificado e submetido a parâmetros mercadológicos de produtividade; assim como as possibilidades de permanência estudantil e de dedicação exclusiva ao processo formativo são cada vez mais inviáveis. Assim, a perspectiva que se tem sobre a extensão como processo dialógico entre universidade e sociedade entra em choque com as condições postas na realidade brasileira, no processo de aprofundamento do neoliberalismo, do

⁶ “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15)

desmonte dos direitos sociais, da transformação da educação em uma mercadoria cada vez mais disputada pelo capital financeiro (NASCIMENTO & SOUZA, 2021).

À universidade brasileira compete a função social de, enquanto espaço público constituído pela sociedade, contribuir para a qualificação de quadros intelectuais e profissionais, bem como promover o desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias que sirvam à sociedade como um todo. No entanto, enquanto instituição pensada e construída dentro da sociedade capitalista, sua estrutura é, dialeticamente, um reflexo da desigualdade existente; elitizada e alienada desde os professores conservadores às estruturas burocráticas e isoladas, como já apontava Vieira Pinto (1986). As atuais configurações da universidade brasileira reiteram a sua estrutura histórica, atravessada pela subordinação intelectual e tecnológica; configura-se como uma universidade operacional, que resulta na reiteração do colonialismo e na exclusão dos interesses do povo brasileiro, dada a subserviência ao capitalismo dependente (MARINI & SPELLER, 1997; CHAUI, 1999; NASCIMENTO & SOUZA, 2021).

Assim, a extensão universitária não apenas é parte desse processo de construção de uma universidade popular e que atenda aos interesses sociais, ela pode também se constituir como uma mediação central para que a sociedade projete seus interesses diversos nesse processo. Assim, dialeticamente, construir uma perspectiva popular, inovadora e transformadora da extensão universitária é também subsidiar a *universidade necessária* (RIBEIRO, 1975) à transformação da própria sociedade brasileira.

2. Estágio obrigatório em serviço social em projetos de extensão: A experiência no projeto Práxis Antirracista (UFSC).

Os projetos de extensão universitária, ao contactar diretamente sujeitos e espaços sociais externos à comunidade acadêmica, tem a possibilidade de mediar a relação entre Universidade e sociedade, bem como de identificar as lacunas, contradições e conflitos nessa relação, além projetar as demandas e anseios da sociedade para a Universidade.

O estágio em extensão de acordo com (ARAÚJO E BRUM, 2019, p. 2) "deve ser um articulador do ensino e da pesquisa considerando a aproximação com a realidade social nas suas mais diversas expressões." No projeto Práxis Antirracista os assuntos estudados durante a graduação são atualizados e aprofundados, vez que as ações do projeto se articulam nos seus fundamentos com o ensino e a pesquisa, dando densidade ao tripé da formação universitária. O processo pedagógico-formativo conduzido durante o estágio se diferencia em alguns aspectos do realizado em espaço sócio ocupacional convencional, como um CRAS por exemplo, tanto do ponto de vista das estagiárias quanto da supervisora de campo.

Nascente da dinâmica universitária, onde a própria formação acadêmica das estagiárias acontece, é necessário um olhar crítico e atento, para perceber as distintas,

embora conexas, dimensões do trabalho profissional e da práxis educativa, de modo a identificar as competências e atribuições profissionais do assistente social requeridas nessa práxis e potencializá-las. É isso que possibilita que o estágio em projetos de extensão se constitua como um espaço de formação acerca do trabalho profissional do assistente social e define a atuação do estagiário/a e supervisor/a de campo. É a reflexão crítica, a problematização consciente sobre a práxis profissional e o projeto ético-político, o elemento constitutivo da diferença entre a realização do estágio e as tarefas rotineiras do projeto de extensão.

Esse processo de consciência e inserção crítica em sua realidade de trabalho é parte fundamental do processo formativo em Serviço Social. A materialização do projeto ético-político profissional demanda compreensão das contradições sociais e comprometimento em pensar e implementar estratégias que busquem construir alternativas para o projeto social posto. Como Teixeira e Braz (2009) apontam:

A partir das contradições de classes que determinam a profissão - e daí a dimensão política da prática profissional, da qual falamos anteriormente - os(as) assistentes sociais podem, desde que num ambiente de democracia política - o que significa afirmar que tal democracia é um pressuposto para a própria existência do projeto ético-político -, escolher caminhos, construir estratégias político-profissionais e definir os rumos da atuação e, com isso, projetar ações que demarquem claramente os compromissos (ético-políticos) profissionais. O que se está a dizer é que nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores - por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes - colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. (p. 11)

Dentro da universidade, uma das estratégias é disputar a perspectiva política das atividades propostas, ampliar o público-alvo que acessa os espaços universitários, debater a partir das demandas da sociedade a atuação profissional, dentre outras. Para trilhar esses caminhos de forma qualitativa, compreender o caráter político-pedagógico inerente ao fazer profissional da/o assistente social é imprescindível, principalmente atuando em um projeto de extensão que objetiva atuar com formação continuada, ou seja, no campo da disputa ideológica.

Na perspectiva gramsciana de cultura e disputa hegemônica, a/o assistente social pode se constituir como um intelectual orgânico da classe dominante ou da classe trabalhadora (ABREU e CARDOSO, 2009). Como intelectual que busca fortalecer a luta da classe trabalhadora, deve buscar meios de construir uma perspectiva emancipatória para a pedagogia que é impressa nos espaços de trabalho. Organizar instrumentos de mobilização social (como conselhos) e espaços coletivos para troca de saberes que potencializam a atuação dos usuários e profissionais (como cursos de formação) podem ser considerados exemplos de pedagogia emancipatória no fazer profissional, conforme Abreu e Cardoso (2009) trazem:

Essa perspectiva pode nortear processos pedagógicos nos espaços sócio-ocupacionais tradicionais dos assistentes sociais, evidenciando-se, também, nos conselhos de direitos e de políticas, mas por meio de uma inserção crítica e de compromisso político, na perspectiva de inscrição dos interesses imediatos dessas classes na agenda das políticas sociais. Nessa direção, as estratégias de mobilização social e organização referem-se à participação na construção dos referidos conselhos, não como mecanismos de colaboracionismo de classes, mas como espaços de luta, espaços de enfrentamento entre interesses antagônicos, na explicitação de demandas das classes subalternas e implementação de respostas às suas necessidades. (ABREU e CARDOSO, 2009, p. 12)

O estágio em extensão para discentes de serviço social fomenta o exercício das competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas de maneira indissociada, como prevê as diretrizes curriculares (ABEPSS, 1996). Teórico-metodológicas ao passo que todas as atividades são mediadas por uma base teórica estudada e debatida previamente, principalmente acerca de temáticas como racismo, educação popular, dimensão político-pedagógica da profissão, dentre outras que possibilitam investigar e compreender a realidade a partir de uma perspectiva histórica e crítica.

Já a dimensão técnico-operativa é desenvolvida ao passo que todas as atividades exigem investigação da realidade e mapeamento apresentados pelos grupos sociais envolvidos, planejamento, acompanhamento e sistematização das ações a serem implementadas, etc. No projeto Práxis Antirracista, cada oficina de formação, encontro ou reunião são devidamente documentados a partir de relatórios que são posteriormente sistematizados, colocados em reflexão crítica pela equipe, avaliados e são base para a elaboração de dados sobre a realidade e sobre o próprio projeto.

A socialização das informações com os grupos/sujeitos vinculados aos interesses da classe trabalhadora, como salienta Vasconcelos (2015), é um princípio a que sempre temos atenção. As estagiárias atuam ativamente em todas as dimensões do projeto, construindo de maneira coletiva todos os processos necessários. Ao ter como base a análise da realidade, aprendem que é a necessidade concreta que indica os instrumentos a serem adotados em cada situação específica. Assim, faz parte da rotina do estágio o aprendizado acerca dos instrumentos e técnicas da profissão, como levantamentos de demandas, estratégias de construção de redes de parcerias, elaboração de relatórios; enfim, a sistematização da prática à luz da teoria e para produção de conhecimento teórico sobre a realidade.

No projeto ainda se reflete acerca dos princípios éticos-políticos profissionais, que devem ser observados pelo caráter contraditório do trabalho de assistentes sociais na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista. Desse modo, as discussões acerca das temáticas do projeto se norteiam a partir do Código de Ética Profissional e projeto ético-político, principalmente ao princípio de número VIII: “Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 2011, p. 25).

Apesar das potencialidades, construir o momento do estágio enquanto um espaço dialeticamente pedagógico para todas e todos os envolvidos é um desafio dentro da sociedade capitalista devido às suas contradições e limitações, com dificuldades expressas tanto no dia a dia da universidade como nos espaços sócio ocupacionais. A falta de recursos para a extensão é absurda: não há bolsas suficientes para as pessoas envolvidas dedicarem seu tempo com qualidade, não há espaço físico para todos os grupos, além das e dos docentes estarem em situação de sobrecarga para desempenhar atividades de sala de aula, pesquisa e administração junto da extensão. Essas questões explicitam a precarização do trabalho no meio acadêmico, que por vezes leva profissionais e estudantes ao esgotamento e adoecimento.

Junto disso, é importante destacar também os processos de curricularização da extensão que estão ocorrendo concomitantemente ao desmonte extremo nas universidades brasileiras. Após um período de pandemia da Covid-19 e afastamento físico da universidade, momento que os debates eram muito mais difíceis de serem realizados devido ao modelo remoto, a curricularização da extensão trará tanto novas possibilidades quanto enormes dificuldades, dada a realidade da Universidade. Tal realidade nos leva a questionar: qual perspectiva de extensão é construída na universidade pública brasileira e que tipo de extensão desejamos construir? Quais atividades integrarão obrigatoriamente os currículos acadêmicos nos próximos anos? Com qual base teórica e com quais recursos (até agora, escassos) os departamentos farão essa transição? Perguntas essenciais e ainda sem respostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de práxis no estágio é potencializada em um espaço diversificado como a extensão universitária - desde o aprofundamento da concepção político-pedagógica inerente ao fazer profissional do Serviço Social às competências técnico-operativas. Além disso, sendo o projeto Práxis Antirracista um espaço voltado à profissionais que atuam com políticas públicas, em especial assistentes sociais, há também uma potencialidade de interlocução entre as diversas áreas de atuação das assistentes sociais que passam pelo formação de formadores antirracistas.

A construção da extensão como um espaço de possibilidades de ruptura com os limites da universidade e de potencialização de uma educação popular, voltada aos interesses da classe trabalhadora, é a construção de estratégias de luta nas brechas cotidianas, conforme o Código de Ética e o projeto ético-político orientam. Como salienta Vasconcelos (2015):

Se a preocupação dos assistentes sociais é com as condições objetivas na construção das necessárias condições materiais de vida, de trabalho e da subjetividade dos trabalhadores, na busca pela emancipação humana, é no espaço contraditório, complexo e aparentemente estéril onde a prática se dá que podemos conceber a prática necessária. (p. 75)

No cotidiano, que é quando a realidade é expressa, as contradições do sistema educativo explicitam as dificuldades do trabalho, que vão desde da marginalização da extensão no tripé universitário, até a sobrecarga de estudantes-estagiários e docentes, inseridos na perspectiva neoliberal de sucateamento das universidades.

No projeto Práxis Antirracista, a a experiência de estágio é orientada pelo estudo constante e qualificação da equipe em relação às temáticas trabalhadas, o que proporciona um aguçamento do viés crítico das estagiárias que é essencial à formação. Qualificar os espaços universitários e de estágio a partir da direção social que baliza o Código de Ética é experiência necessária para as futuras gerações de assistentes sociais.

É nesse sentido que entendemos que muitos são os desafios postos à extensão universitária, principalmente em tempos de curricularização, sendo necessário levar tais considerações e relatos de experiência para além dos muros da universidade. Favorecer o fomento da reflexão e o diálogo sobre as potencialidades da extensão para todos os envolvidos, uma vez que pensar em extensão universitária nos remete a um espaço de troca e de produção do conhecimento crítico, é o primeiro passo para construirmos processos de superação das desigualdades posta na sociedade brasileira dentro de nosso espaço de atuação. Neste artigo não pretendemos esgotar a reflexão sobre a experiência do estágio em extensão, apenas apontar alguns elementos iniciais de debate sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em:

ABREU, Marina Maciel. CARDOSO, Franci Gomes. **Mobilização Social e Práticas educativas**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, v. 1, 2009.

ARAUJO, Raquel Barcelos de. BRUM, Adriane Buhner Baglioli. **Sistematização das atividades de estágio supervisionado em serviço social na extensão universitária desafio em questão**. Anais do 7o Congresso Paranaense de Assistentes Sociais. Ponta Grossa, PR, 2019. Disponível em <<https://cresspr.org.br/anais/sites/default/files/SISTEMATIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20ATIVIDADES%20DE%20EST%C3%81GIO%20SUPERVISIONADO%20EM%20SERVICO%20SOCIAL%20NA%20EXTENS%C3%83O%20UNIVERSIT%C3%81RIA.pdf>>. Acesso em 10/05/2022.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 12 de maio de 2022..

BABIUK, Graciele Alves. FACHINI, Flávia Granzotto. **Estágio supervisionado em serviço social: Entraves e avanços para formação profissional**. Seminário Nacional de serviço social, trabalho e política social, UFSC, Florianópolis, SC. 2015

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Brasília: CFESS/CRESS, 2011

CHAUÍ, Marilena. **A Universidade operacional**. Folha de S. Paulo, São Paulo, Domingo, 09 de maio de 1999.

FORPROEX, 2012. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: UFRGS.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 65 p.

GADOTTI, Moacir. **Extensão Universitária: Para quê?**. Instituto Paulo Freire. 2017. Disponível em <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2022.

GUERRA, Yolanda. **No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”**. In Mesa Coordenada Eixo Temático: Formação Profissional/Fundamentos/História- Teoria Método Comunicação Oral- Ensaio teórico, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. WMF Martins Fontes. São Paulo, 2013.

_____. **Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo. Editora Elefante, 2020. 253 p.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974 (Coleção Os pensadores).

MARINI, Ruy Mauro e SPELLER, Paulo (1977). **Universidade brasileira**. IN: Revista de Educación Superior, n022, México, Abril-Junho. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/pdf/053_universidade_brasileira.pdf Acesso 28-8-20.

NASCIMENTO, Clara Martins; SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. **Política Social Neoliberal: mediações teóricas de la reforma universitaria brasileña de los años 2000**. Atas de lo VIII Congreso de la Red Española de Política Social , REPS 2021. Bilbao/Espanha

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez Ed.: Ed. Autores Associados, 1986. 102 p.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade é necessária**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. 307p

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. 1. ed. São Paulo. Hucitec, 2020. 187 p.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O projeto ético-político do serviço social**. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS (org.). Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS: ABEPSS, 2009. p. 185-200. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/522>. Acesso em: 29 abril. 2022

VASCONCELOS, Ana Maria de. **O/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

